

## AS FONTES PORTUGUESAS PARA O CONHECIMENTO DO TUPI ANTIGO

Os textos que nos dão informações acerca do tupi dos séculos XVI e XVII são, quase todos, da lavra de europeus, podendo ser, em sua maioria, incluídos na categoria de *literatura de viagens*. Cristóvão (1999) inclui até mesmo o teatro de José de Anchieta nesse subgênero literário.

Com efeito, a expansão geográfica europeia nos séculos XVI e XVII levaria os europeus a se depararem frontalmente com a problemática das línguas. Com o Renascimento e através dos Descobrimentos, a Europa passará a concentrar não só capitais imensos que fariam dela, na Idade Moderna, o centro da nova ordem econômica que emergia, mas também a informação e os bens espirituais de todo o mundo. A Europa passa a ser um banco de dados em escala planetária, o que lhe permitiria dominar pelos séculos vindouros os outros continentes.

### 1.1. A contribuição dos jesuítas para o conhecimento do tupi antigo nos séculos XVI e XVII

Com a profunda divisão no seio da Cristandade, ocasionada pela Reforma Protestante, em 1517, perdia-se a unidade religiosa do Ocidente. A Igreja Católica encontrava-se mergulhada em profunda crise desde o início do século XVI. O Concílio de Trento e a fundação da Companhia de Jesus viriam em resposta à situação de crise então vivida. A Igreja Católica, em meados do século XVI, recuperava forças e passava por profundas revisões internas, justamente para poder enfrentar o grande desafio representado pela Reforma Protestante. Com a descoberta da América, um vasto campo oferecia-se ao trabalho de expansão da religião. Toda a empresa colonizadora seria justificada como um instrumento de cristianização dos povos dos novos continentes. Nessa tarefa, a Companhia de Jesus, a última ordem da Igreja, teria papel essencial. Foi ela a grande força do Catolicismo durante a Idade Moderna.

Até a chegada dos primeiros missionários jesuítas ao Brasil em 29 de março de 1549, não houve nenhuma preocupação com o estudo sistemático da língua tupi. Falantes brancos da língua havia-os muito na terra naquela época. Com efeito, esses eram os degredados ou os órfãos que Portugal para cá enviava. Sem embargo, somente os missionários é que passaram a escrever naquela língua a partir de então. A primeira leva deles era constituída pelos padres Manuel da Nóbrega, Azpilcueta Navarro, Leonardo Nunes, Antônio Rodrigues e por dois irmãos, Vicente Rodrigues e Diogo Jácome. Era o superior da missão no Brasil o Pe. Nóbrega, mas já em 1553 Inácio de Loyola criou a Província Jesuítica do Brasil, a primeira do continente americano.

Desde os primeiros anos da novel ordem religiosa era praxe a intensa atividade epistolar. Por meio das cartas sabemos como se houeram os primeiros jesuítas com as dificuldades de comunicação com os indígenas.

Em 1549 o Pe. Nóbrega escrevia ao Provincial de Portugal, dizendo que “*trabalhamos de saber a língua deles e nisto o Pe. Navarro nos leva vantagem a todos*” (apud Leite, 1954). O Padre Nóbrega atribuiria depois tal desenvoltura do Pe. Navarro em falar tupi a sua origem basca, crendo haver semelhanças entre a língua indígena e a dos bascos.

As pregações eram feitas, assim, no início, por meio de intérpretes. Mesmo as confissões passaram a sê-lo dessa maneira, o que ensejou o desacordo de D. Pero Fernandes Sardinha, vendo aí uma prática pouco ortodoxa.

Em 20 de julho de 1551 o irmão Pero Correia fez a primeira alusão à unidade da língua tupi, que nessa época era chamada “*língua brasílica*”, “*língua dos brasis*”, “*língua da terra*” etc. Dizia ele que o padre Leonardo Nunes vivia em São Vicente com “*irmãos, a maioria bons línguas, sendo que padres que vierem do Reino poderão logo entrar terra adentro a pregar*”. (apud Leite, 1954)

Com a chegada dos jesuítas começam as chamadas *escolas de ler, escrever e contar*. O primeiro a organizá-las foi o irmão Vicente Rodrigues. Tais escolas disseminaram-se por toda a colônia e nelas os meninos aprendiam o português. Poucos índios, entretanto, devem ter aprendido a escrever sua língua com os missionários. Um caso conhecido é o dos índios Camarões, das guerras contra a Holanda.

Assim, alfabetização na língua indígena não houve no período colonial brasileiro, mas ela era o instrumento mais usual de comunicação em largos trechos da costa.

Em 2 de agosto de 1551 o Padre Antônio Pires escrevia que o Padre Navarro começara a fazer confissões na língua dos índios (apud Leite, 1954). Foi ele o primeiro a fazer confissões sem intérprete. Por outro lado, as orações e os sermões são, desde logo, vertidos em tupi. Informa-nos Viñaza (1892, p.28) que na biblioteca particular do rei da Itália havia, na época em que ele publicou sua *Bibliografía, uma Doctrina y Confessionario en lengua del Brasil, por el Pe. Leonardo Nuñez, S.J*, manuscrito de 1574. Ademais, há notícias de um esboço da gramática tupi feita pelo Padre Navarro já na década de cinquenta do século XVI.

Assim, até 1553 já se tinham traduzido para o tupi os rudimentos da doutrina cristã, as orações fundamentais, sermões e cantos. Tudo isto pertence à categoria catequética. Começam a ser organizados os vocabulários pessoais que somente serviam aos missionários. Apenas uma década mais tarde começa-se a pedir da Europa um vocabulário que fosse útil aos futuros missionários.

Em 1553, José de Anchieta chega ao Brasil, com a idade de dezenove anos. Humanista clássico de boa cepa, conhecedor de algumas línguas românicas e, talvez, da língua basca, mui fácil ser-lhe-ia aprender a língua indígena mais difundida pela costa do Brasil. Chegado que foi a São Vicente, na véspera do Natal de 1553, participou da primeira missa que se celebrou, um mês depois, no campo de Piratininga e que marcava a fundação de São Paulo. Já em 1555, esboçava uma gramática do tupi, tendo-se servido de notas do Pe. Navarro, que tomara quando de sua passagem pela Bahia, a caminho de São Vicente, no ano anterior.

As obras gramaticais constituíam-se um gênero de literatura (em seu sentido lato, é claro) feita por missionários e para missionários. Produzir gramáticas para falantes da língua que é gramaticalizada somente faz sentido se se tiver por objetivo a preservação e o ensino de um patrimônio literário escrito ou a afirmação de uma nacionalidade. Segundo João de Barros (op. cit., p.293), a gramática é “*um modo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos*”. Ora, esse não era o objetivo dos missionários ao gramaticalizarem as línguas exóticas. Não lhes interessava preservar patrimônio literário escrito algum (e, no caso das línguas ameríndias, ele não existia), mas levar a mensagem evangélica aos povos de ultramar. Muito menos poderia ser o seu desiderato a afirmação de uma nacionalidade: essa deveria anular-se em face da empresa colonial e os povos de ultramar dever-se-iam converter em súditos dos reis europeus.

A catequese, com efeito, era o corolário do trabalho de dicionarização e gramaticalização. Assim, na tríade *vocabulário*, *gramática* e *literatura catequética* esgotavam-se as exigências de produção de textos que se punham diante das ordens religiosas e de seus devotados missionários.

A gramática de Anchieta, já em 1556, foi levada à Bahia pelo Padre Nóbrega, provincial do Brasil, com o fito de, com ela, instruir os meninos e irmãos da casa.

Em 1565 o Padre Geral da Companhia manifestou ao Padre Leão Henriques, provincial de Portugal, o desejo de que se mandasse da Índia, do Brasil e do Japão vocabulários da língua mais comum para que os futuros missionários pudessem aprendê-las antes mesmo de chegarem às terras de missão. Assim, na Bahia, o Padre Leonardo do Valle organizou o *Vocabulário na Língua Brasileira*, na época em que era lente dessa língua no Colégio da Bahia, entre 1572 e 1574. Tal vocabulário, que continha cerca de cinco mil verbetes, apareceu anônimo numa cópia existente na biblioteca particular de Felix Pacheco em São Paulo, o qual havia trazido da Europa. Com sua morte, tal texto foi parar no acervo da Prefeitura de São Paulo e foi publicado por Plínio Ayrosa, em 1938. Em 1952, seu sucessor na Universidade de São Paulo, Carlos Dumond, publicou uma outra cópia daquele cimélio, existente em Portugal.

Foi o Provincial Marçal Beliarte quem, em 1591, testemunhou ser de autoria do Pe. Leonardo do Valle o *Vocabulário na Língua Brasileira*, que ficou inédito por duas razões: a morte do Padre Leonardo e a mudança de provincial. O livro correu em cópias manuscritas sem o nome do autor, tendo sido dado por anônimo até surgir a carta de 1591 de Marçal Beliarte, que esclareceu a questão da autoria do primeiro vocabulário quinhentista da língua tupi, de importância nevrálgica para a feitura do nosso *Dicionário do Tupi Antigo*.

Afirma-se também que, em 1574 o Padre Leonardo do Valle compôs uma *Doutrina na Língua do Brasil*, que se perdeu.

A tríade *gramática*, *vocabulário* e *literatura catequética* já se delineava no Brasil desde os primeiros anos da catequese. Mas seria somente no século XVII que um catecismo seria efetivamente impresso em língua tupi. Tal literatura catequética, na América Latina, incluía:

- O Catecismo Romano propriamente dito (contendo a doutrina cristã) vertido para as línguas indígenas
- Sermões e homilias
- Cartilhas seguidas das orações, para o ensino das línguas indígenas para as crianças, concomitantemente com o ensino da religião (p. ex., a *Cartilla para los niños en lengua Tarasca*, pelo Frei Maturino Gilberti, México, 1559)
- Confessionários
- Santorais
- Exercícios espirituais quotidianos
- Salmodia cristã e cantos religiosos
- Tradução das Epístolas e dos Evangelhos
- Tradução de bulas papais para as línguas indígenas
- Biografia de índios piedosos (P. ex., *La Vida y Muerte de tres niños de Tlaxcalla, que murieron por la confesion de la Fe*, traduzida para o náuatle por Fray Iuan Baptista, México, 1601)
- Manuais de párocos (Missais)
- Biografias de santos

- Obras sobre a vida de Jesus
- Manual dos sacramentos

Nem sempre os missionários estiveram diante de línguas de tradição puramente oral. No século XVI os europeus defrontaram-se também com sociedades complexas que já conheciam a escrita e que já possuíam literatura escrita mais que milenar: foi o caso dos chineses, dos japoneses e dos indianos, que possuíam, inclusive, livros religiosos tão antigos ou mais antigos, ainda, que a Bíblia, como é o caso do Rg Veda e do Tao Te King. Nesse caso, as exigências do estudo lingüístico por parte dos missionários transcendia a mera produção de textos catequéticos. Bem ilustrativo dessa situação deparada pelos missionários na Ásia foi o trabalho do jesuíta Matteo Ricci, na China, que chegou a Macau em 1582. Ricci produziu literatura em chinês de natureza não catequética, com o fito explícito de chamar a atenção da China para sua cultura e, ao interessar os chineses em sua cultura, buscava levá-los a se interessarem pelo seu Deus.

Se, por um lado, na China da dinastia Ming os missionários católicos defrontavam-se com uma sociedade complexa, letrada e com uma língua dotada de alfabeto ideográfico com literatura milenar, outros eram os desafios para os missionários da América, que dotariam, demiurgicamente, as línguas americanas de uma escrita, elas que tinham somente uma tradição oral. Das dificuldades que aí topavam os que se arrostavam com tão árduo empreendimento dá-nos conta o passo do famoso “Sermão do Espírito Santo” do Padre Vieira (1959):

*“Pois se a Santo Agostinho, sendo Santo Agostinho, se à águia dos entendimentos humanos se lhe fez tão dificultoso aprender a língua grega, que está tão vulgarizada entre os latinos e tão facilitada com mestres, com livros, com artes, com vocabulários e com todos os outros instrumentos de aprender, que serão as línguas bárbaras e barbaríssimas de umas gentes onde nunca houve quem soubesse ler nem escrever? Que será aprender o nheengaíba, o juruna, o tapajó, o tremembé, o mamaianá, que só os nomes parece que fazem horror?”*

Se, como vimos anteriormente, em certas regiões as necessidades de produção de textos não se resumiam à tríade “vocabulário-gramática-literatura catequética”, espraiando-se para o campo da Ética, das ciências e da Apologética, isso foi mais uma exceção que uma regra. Na América e na África foi exatamente aquela tríade que predominou, com raros desvios para campos conexos, como é o caso da poesia tupi de Anchieta e mesmo de seu teatro naquela língua.

Com efeito, no *Archivum Romanum Societatis Iesu* em Roma encontra-se o caderno de Anchieta, uma reunião de textos, alguns autógrafos, outros não, de poemas de sua autoria. Inclui poemas líricos e literatura dramática em quatro línguas: português, castelhano (a língua materna de Anchieta), latim e tupi. Tais textos permaneceram inéditos durante séculos e somente vieram ao prelo no ano de 1554, publicados por Maria de Lourdes de Paula Martins, por ocasião do quarto centenário de fundação da cidade de São Paulo. Tais textos são de suma importância para o conhecimento do tupi antigo, mormente as peças teatrais, como o “*Auto de São Lourenço*” e “*Na Aldeia de Guaraparim*”, este último totalmente escrito naquela língua indígena, pois se aproximam mais daquilo que seria a língua falada pelos tupis da costa na segunda metade do século XVI no Brasil.

Da lavra dos missionários jesuítas o século XVI só assistiu à publicação de uma única obra, em prelos portugueses: *A Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*, do padre José de Anchieta, publicada em 1595. Tal obra vinha à luz quarenta anos depois de ter sido escrita e foi a única que Anchieta publicou em sua vida. Dessa primeira edição são conhecidos no mundo somente três exemplares: o da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o da Biblioteca Vittorio Emmanuelle e o do Arquivo da Companhia de Jesus, ambos em Roma.

Simão de Vasconcelos (1672), embora não contemporâneo de Anchieta, dá-nos importantes informações acerca da gestação da *Arte de Gramática* e da obra de Anchieta em tupi. Diz-nos ele, nas páginas 25 e 26:

*“No mesmo tempo era Mestre & era discípulo; E os mesmos lhe serviam de discipulos & Mestres; porque na mesma classe falando latim, alcançou da fala dos que o ouviam a mor parte da lingoa do Brasil, que brevemente aperfeiçãoou, com tal excellencia, que pode reduzir aquella idioma bárbaro, a modo & regras gramaticais, compondo arte dellas, tam perfeitas, que aprovada dos mais famosos lingoas, foi dada a impressam & tem servido de guia & mestra daquella faculdade aos que depois vieram: E della ha liçam particular em alguns Collegios da Provincia.*

Em 1556, iniciava-se o curso de língua tupi no Colégio da Bahia. O visitador Inácio de Azevedo determinou a obrigatoriedade de seu estudo para os membros da Província brasileira da Companhia de Jesus, pelo menos no que concerne à doutrina e às orações.

A *Arte* de Anchieta foi, assim, até as primeiras décadas do século XVII, quando foi publicada a segunda gramática da língua tupi, a *Arte da Língua Brasília*, do Padre Luís Figueira, o único compêndio existente para o ensino de tupi, embora não lhe fossem reconhecidas grandes qualidades didáticas. Na *Aprovação da Arte* do Pe. Figueira (1621), o Pe. Manuel Cardoso dizia que ela é “*confusa, como nós todos experimentamos*”.

Do final do século XVI data um manuscrito intitulado *Coisas Notáveis do Brasil*, do jesuíta Francisco Soares, publicado somente em 1966. Ele nasceu em Portugal em 1560, ingressando na Companhia de Jesus em 1575. Tal texto foi escrito provavelmente para o superior geral daquela ordem religiosa ou para o provincial de Portugal. Compõe-se de uma sinopse da história brasileira, com informação sobre os índios tupis da costa, seus mitos e suas tradições, costumes e rituais guerreiros. Na segunda parte, ele faz uma descrição da terra brasileira, com seus climas, suas plantas e seus animais, apresentando inúmeros termos em tupi antigo.

Mas se, dos textos jesuítas em língua tupi somente a *Arte* de Anchieta foi publicada no século XVI, o mesmo não se diga das obras da lavra de viajantes leigos ou não jesuítas, alguns deles não portugueses. Certamente que sua importância para o conhecimento do tupi antigo não se iguala à que tiveram os jesuítas, mas suas obras apresentam, de permeio com textos em francês, em alemão ou em português, a língua falada pelos tupis da costa do Brasil.

No século XVII a colonização brasileira atingiria a costa norte, no trato que ia do litoral norte-riograndense até a foz do Amazonas. Tal ampliação do eixo da colonização deveu-se sobretudo à invasão francesa do Maranhão, no ano de 1612, sob o comando de Daniel de la Touche, Sieur de la Ravardière.

Novos desafios abrem-se à ação missionária, desta feita no Meio-Norte do Brasil. Ademais, a expansão do trabalho catequético exigia textos publicados, não podendo mais recorrer ela a manuscritos, que poderiam conter muitos erros por terem sido mal copiados. Entre os textos inéditos seiscentistas da autoria de jesuítas há que se fazer menção ao de Pero de Castilho, autor de Nomes das partes do corpo humano pela língua do Brasil, do ano de 1613.

**1618** - Nesse ano veio ao prelo o Catecismo na Língua Brasileira, do jesuíta Antônio de Araújo, publicado em 1618. É o mais longo texto impresso em tupi antigo e importante fonte de informações sobre essa língua. Foi uma elaboração coletiva, uma compilação de textos de diferentes autores. Na verdade, hoje se sabe que o autor da maior parte dos textos nele insertos são de Anchieta. É bastante elucidativa, a tal respeito, a licença de publicação da Arte de Anchieta, de 1595.

**1621** – Nesse ano publicou-se a segunda gramática do tupi pelo jesuíta Luís Figueira, *A Arte da Língua Brasileira*. Figueira arribou ao Brasil em 1602. Já pertencia à Companhia de Jesus havia dez anos, onde já fizera todos os estudos que lhe eram misteres, à exceção do curso de Teologia, que, ao que consta, completou no Brasil, onde professaria os votos solenes no ano de 1611.

Em 1607, os jesuítas Luís Figueira e Francisco Pinto dispuseram-se a ir, com a aquiescência do governador do Brasil e do provincial da Companhia de Jesus, Fernão Cardim, em demanda do Maranhão, mas sem soldados nem quaisquer outros homens brancos, somente acompanhados por um séquito de 60 índios.

A Arte da Língua Brasileira do Pe. Figueira não traz o ano de sua impressão, porém a aprovação para sua publicação é de “Olinda & Dezembro de 1620”. Presume-se, assim, que aquela obra foi publicada em 1621. O exemplar que parece ser o único existente no mundo, acha-se na Biblioteca Nacional de Lisboa. Ayrosa (1954, p. 101) afirmou ter visto outro exemplar dessa edição:

**1625** - Um dos grandes nomes da Companhia de Jesus nos primeiros cem anos de sua existência no Brasil foi o do jesuíta português Fernão Cardim. Pouco se sabe sobre sua vida. Chegou ao Brasil em 1583 e ocupou posições importantes na administração da sua ordem religiosa: foi reitor do Colégio da Bahia e do Rio de Janeiro e provincial da Companhia. Em 1598 viajou para a Europa com encargos de sua função. De volta, em 1601, o navio em que viajava foi atacado por piratas ingleses. Preso pelos piratas, Cardim foi conduzido à Inglaterra e só retornou ao Brasil em 1604. Durante esse episódio, roubaram-se do jesuíta textos que ele havia escrito sobre o Brasil. O primeiro deles intitulava-se Do clima e terra do Brasil, o segundo, Do princípio e origem dos índios do Brasil. Tais textos apareceram em 1625 numa coleção de literatura de viagens publicada por Samuel Purchas, em Londres, com o título *His Pilgrimes*. Tal coleção, de vários volumes, exibia em seu livro VII um texto intitulado *A Treatise of Brazil, written by a Portugall which had long lived there*.

A autoria dos textos foi atribuída de maneira equivocada a um irmão da ordem:

“I finde at the end of the Booke some medicinal receipts and the name subscribed Ir. Manoel Tristaon Emfirmheiro do Colégio da baya, whom I imagine to have beene Author of this Treatise. Cook reported that it had it of a Friar: but the name Iesu divers times on the

top of the page and often mention of the Fathers and societie maketh me thinke him a brother of that order.”

“Eu encontrei no final do livro algumas receitas médicas e o nome subscrito do Ir. Manoel Tristão, enfermeiro do Colégio da Bahia, que eu imagino ter sido autor deste Tratado. Cook relatou que ele o teve de um frade, mas o nome Iesu diversas vezes no alto da página e a freqüente menção dos padres e da sociedade fazem-me pensar ser ele um irmão daquela ordem.” (ibidem, p. 1289)

Afortunadamente, havia manuscritos desse tratado de Cardim na Biblioteca de Évora, em Portugal, que foram descobertos em seu catálogo por Capistrano de Abreu, que, ao cotejá-los com o Treatise de Purchas, percebeu tratarem-se da mesma obra. Ele publicou os dois na década de oitenta do século XIX em periódicos do Rio de Janeiro.

Somente em 1925 é que os dois textos de Cardim seriam publicados conjuntamente pelo editor J. Leite com o título *Tratados da Terra e Gente do Brasil*.

Em seus textos, Cardim apresentou grande número de palavras tupis relativas à flora, à fauna, à vida social, à cultura material dos índios tupis. Sobre a língua deles disse que “é fácil, e elegante e suave e copiosa, a dificuldade dela está em ter muitas composições.” (in Cardim, op. cit., p. 121)

**1663** - Nesse ano vem ao prelo a obra do jesuíta Simão de Vasconcelos, intitulada “Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil”. Nascido em Portugal em 1597, Simão de Vasconcelos veio ainda menino para o Brasil com sua família. Com a idade de dezenove anos, ainda aluno do Colégio da Bahia, ingressou na Companhia de Jesus. Ocupou importantes cargos na administração de sua ordem religiosa. Foi reitor dos colégios da Bahia e do Rio de Janeiro e um notável educador.

Sua Crônica trata do Brasil desde o Descobrimento até a morte do Pe. Manuel da Nóbrega, trazendo uma parte intitulada Notícias, Antecedentes Curiosas e Necessárias das Cousas do Brasil, de importante valor histórico. Tal obra nos traz muitos termos e até frases em tupi antigo, sendo um contributo inegável para o melhor conhecimento de seu léxico.

**1686** – O Catecismo de Araújo recebeu uma segunda edição nesse ano, desta feita intitulando-se Catecismo Brasílico da Doutrina Cristã. Seu frontispício porta a informação de que “foi emendado nesta segunda impressão pelo P. Bertholameu de Leam, da mesma Companhia”. Além de excluir textos que figuram na edição de 1618, houve nessa edição a utilização de trema para assinalar tanto a ocorrência da consoante oclusiva glotal quanto de hiatos, o que representou um aperfeiçoamento ortográfico evidente. A publicação dessa segunda edição do Catecismo de Araújo foi levada a efeito pelo jesuíta João Felipe Bettendorff.

**1687** - Nesse ano vem ao prelo a segunda edição da Arte de Luís Figueira. Intitulava-se Arte de grammatica da língua brasílica. Sua reimpressão, em Lisboa foi tarefa levada a efeito pelo padre Bettendorff.

**1687** - Já no final do século XVII eram evidentes os sinais de transformação do tupi antigo na língua geral. Exemplo disso é o *Compêndio da Doutrina Cristã na Língua Portuguesa e Brasílica*, do jesuíta João Felipe Bettendorff. Ele teve um destacado papel na missão

do Maranhão na segunda metade do século XVII. Seu Compêndio é um texto doutrinário diferente dos catecismos de Anchieta (só publicado na década de noventa do século XX) e de Araújo, em suas duas edições de 1618 e 1686, sendo de grande importância para se estudar a história interna do tupi antigo.

## **1.2. A contribuição dos outros viajantes e cronistas quinhentistas portugueses nos séculos XVI e XVII**

**1570** – Ainda na década de setenta do século XVI vem ao prelo em Portugal obra que apresenta interesse para o conhecimento do tupi antigo, que foi o *Tratado da Terra do Brasil*, de Pero de Magalhães Gândavo. Homem de grande saber humanístico, amigo pessoal de Camões, Gândavo traz em sua obra alguns termos do meio natural em Brasil na língua tupi da costa. Diz ele aí, no capítulo VII, que a língua tupi não tem F, nem L nem R, “*coisa digna de espanto porque asi não têm Fé, nem Lei, nem Rei*”.

**1576** – A segunda obra de Gândavo sobre o Brasil foi sua *História da Província de Santa Cruz*. Dá ali notícias da extensão do emprego do tupi pela costa brasileira e uma descrição geral do país, nomeando as árvores, as frutas, os peixes, vários animais terrestres e, finalmente, dando informações sobre os índios. Seu contributo para o conhecimento do tupi antigo é, porém, pequeno. Nenhuma frase nessa língua é apresentada em sua obra.

**1587** – Sem dúvida alguma foi da lavra de um português a melhor descrição da costa do Brasil no século XVI, mostrando seus aspectos físicos e humanos pormenorizadamente, nos diferentes tratos do litoral. Em seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, escrito durante o reinado de Filipe II da Espanha, Gabriel Soares de Sousa buscava conseguir do rei algumas benesses e concessões que lhe facultassem ir em demanda das pedras preciosas no interior do Brasil. O valioso escrito foi oferecido a D. Cristóvão de Moura, um influente e valido estadista da Corte no dia 1º de março de 1587.

Alcançadas do rei as concessões desejadas, entre as quais o título de “*capitão-mor e governador da conquista e descobrimento do Rio de São Francisco*”, Gabriel Soares partiu para o Brasil em 7 de abril de 1591 em demanda das cobiçadas minas, e nessa porfia haveria de encontrar sua morte, sem nada achar.

Sua obra é de importância palmar para o conhecimento da fauna e da flora do Brasil, às quais Soares dedica diversos capítulos, assaz minudentes em suas descrições. Centenas de nomes de plantas e animais em tupi antigo vão sendo gradativamente apresentados, enriquecendo sobremaneira o conhecimento da natureza do Brasil, num grau de detalhes que só é inferior ao ostentado pelos naturalistas europeus que acompanharam Maurício de Nassau ao Nordeste brasileiro no século seguinte.

Também a cultura dos índios da costa é descrita em profusão de detalhes, com as particularidades de cada grupo indígena que habitava o litoral leste brasileiro no final do século XVI.

Entre os textos seiscentistas não jesuíticos que nos trazem informações sobre o tupi somente um ficou inédito no período colonial brasileiro. Trata-se de um manuscrito de número 1660 do Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, de 1631, de autoria de Frei Cristóvão de Lisboa, intitulado *História dos animaes e árvores do Maranhão*, trabalho de grande valia para nosso escopo, pois traz inúmeros termos em tupi antigo, alguns de forma



exclusiva. As outras fontes de que nos valem foram todas publicadas no século XVII e apresentamo-las abaixo na ordem cronológica de sua impressão:

**1618** - Ao Nordeste brasileiro haviam afluído desde o início da colonização muitos cristãos-novos, principalmente após a instalação da Inquisição em Portugal, em 1536. Muitos deles continuavam a manter práticas judaizantes em sua vida privada. Um desses foi o senhor de engenho Ambrósio Fernandes Brandão, que publicou em 1618 seus “*Diálogos das Grandezas do Brasil*”, em que dois personagens, Alviano e Brandônio discorrem sobre fatos da natureza física e humana do Brasil. Muitos termos do tupi antigo são ali apresentados. Durante o período holandês em Pernambuco, abriu-se no Recife a primeira sinagoga das Américas, a *Kahal Zur Israel* e o Judaísmo pôde expressar-se livremente. Consta de registros históricos que Ambrósio Fernandes Brandão participou dos círculos judaicos do Recife, sendo que seus *Diálogos* expressam sua condição judaica em vários passos.